

COMANDO DO 3.DISTRITO NAVAL

Termo de Referência 37/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
37/2026	783000-COMANDO DO 3.DISTRITO NAVAL	JEAN HENRY DA SILVA MARTINS	08/05/2026 15:26 (v 0.23)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		62032.000890/2026-87

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 62032.000890/2026-87)

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de pessoa jurídica especializada, sem dedicação exclusiva de mão de obra, para prestação de serviços de manutenção corretiva e retrofit, com fornecimento de peças originais ou equivalentes tecnicamente compatíveis, materiais e insumos, no sistema de climatização do tipo VRF (Fluxo de Refrigerante Variável) do Comando do 3º Distrito Naval (Com3ºDN), contemplando a modernização do Grupo 4, a segregação do Grupo 2 e a criação do Grupo 9, incluindo a substituição, realocação e instalação de equipamentos, visando ao restabelecimento da plena funcionalidade, eficiência e confiabilidade do sistema, especialmente nos ambientes de rancho e alojamentos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

A presente solução caracteriza-se como prestação de serviço comum, por envolver atividades padronizadas, amplamente difundidas no mercado de climatização, passíveis de definição objetiva quanto aos seus padrões de desempenho e qualidade, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT / CATSER	UF	QTD	VLR UN	VLR TOTAL
1	Mão de obra especializada em refrigeração e climatização	2020	SVÇ	1	R\$ 50.150,00	R\$ 50.150,00
2	Mão de obra especializada em instalações elétricas	5606	SVÇ	1	R\$ 2.400,00	R\$ 2.400,00
3	Locação de guindaste 30T	4049	SVÇ	1	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
	Unidade Condensadora de 28,0HP – Heat Pump -					

4	Condensação a Ar - 380V/3ph/60Hz – Família VRF Air365 Max Plus. (RAS30FSDENY7Q_)	631244	UN	1	R\$ 84.818,57	R\$ 84.818,57
5	Unidade Condensadora de 18,0HP – Heat Pump - Condensação a Ar – 380V/3ph/60Hz - Família VRF Air365 Max Plus (RAS18FSDENY7Q)	631244	UN	3	R\$ 44.988,21	R\$ 134.964,63
6	Unidade Evaporadora do tipo Cassete de 5,0 HP – defletores controle individual e 4ª velocidade - 220v/1ph – Controle remoto e receptor de sinais não incluso - Família Set Free - Sistema Funcional (RCI5,0FSN3B6)	630882	UN	11	R\$ 5.211,68	R\$ 57.328,48
7	Kit Controle Remoto Sem Fio – Incluso Pilha AAA (2 un.) - Sistema Funcional (PCLH8QEBIZ)	632569	UN	12	R\$ 333,69	R\$ 4.004,28
8	Kit Receptor Controle Remoto S/ Fio Cassette 4 Vias – Família Set Free – Para Sistema Funcional. (PCALH3BIZ)	347933	UN	12	R\$ 554,51	R\$ 6.654,12
9	Unidade Evaporadora do tipo Cassete de 3,0 HP – defletores controle individual e 4ª velocidade - 220v/1ph – Controle remoto e receptor de sinais não incluso - Família Set Free – Sistema Funcional (RCI3,0FSN3B6)	605381	UN	1	R\$ 5.140,70	R\$ 5.140,70
10	Multikit - Refinets De Cobre Hitachi VRF E102sn Refinete de Cobre VRF E102SN - CO74122000019AM Modelo: E102SN Material: Cobre de alta pureza Aplicação: Sistemas de Refrigeração VRF	285307	UN	2	R\$ 111,06	R\$ 222,12
11	Multikit - Refinets De Cobre Hitachi Vrf E162sn Refinets de cobre VRF E162SN - CO74122000020AMS Modelo: E162SN Material: Cobre de alta qualidade Aplicação: Sistemas de Refrigeração VRF	285307	UN	1	R\$ 131,67	R\$ 131,67
12	Multikit - Refinets De Cobre Hitachi Vrf E242sn Refinets de cobre VRF E242SN - CO74122000021AMS Modelo: E242SN Material: Cobre de alta qualidade Aplicação: Sistemas de Refrigeração VRF	285307	UN	1	R\$ 177,90	R\$ 177,90
13	Multikit - Refinets De Cobre Hitachi Vrf E302sn Refinete de cobre VRF tipo E302SN - CO74122000022AMS Modelo: E302SN Material: Cobre de alta qualidade Aplicação: Sistemas de Refrigeração VRF	285307	UN	1	R\$ 298,88	R\$ 298,88
14	Controle Centralizado CSNET LITE (automatizador de sistemas de ar condicionado tipo VRF Hitachi Set Free)	632569	UN	3	R\$ 12.000,00	R\$ 36.000,00
	TUBO COBRE FOSFOROSO 31,75mm (1 1/4") RIGIDO 1/32 -					

15	Tubo de cobre fosforoso, rígido, diâmetro nominal de 25 mm (1"), espessura de parede 1/32", sem costura, adequado para sistemas de refrigeração/climatização, conforme normas técnicas aplicáveis.	371620	m	15	R\$ 129,60	R\$ 1.944,00
16	TUBO COBRE FOSFOROSO 25mm (1") RÍGIDO 1/32 - Tubo de cobre rígido, sem costura, diâmetro nominal de 25 mm (1"), espessura de parede de 1/32", fabricado em cobre desoxidado (fosforoso), adequado para aplicações em sistemas de refrigeração e climatização, com elevada resistência mecânica e à corrosão, devendo atender às normas técnicas aplicáveis (ASTM B280 ou equivalente).	346251	m	6	R\$ 135,00	R\$ 810,00
17	TUBO COBRE FLEXIVEL 3/4" 19,05mm X 0,79mm - Tubo de cobre flexível, sem costura, diâmetro nominal de 3/4" (19,05 mm), espessura de parede de 0,79 mm, próprio para sistemas de ar condicionado (linha frigorígena), fabricado em cobre desoxidado (fosforoso), fornecido em rolo, com elevada resistência mecânica e à corrosão, adequado à condução de fluidos refrigerantes, devendo atender à norma ASTM B280 ou equivalente.	387676	m	18	R\$ 72,00	R\$ 1.296,00
18	TUBO COBRE FLEXIVEL 5/8" 15,87mm X 0,79mm - Tubo de cobre flexível, sem costura, diâmetro nominal de 5/8" (15,87 mm), espessura de parede de 0,79 mm, próprio para sistemas de ar condicionado (linha frigorígena), fabricado em cobre desoxidado (fosforoso), fornecido em rolo, com elevada resistência mecânica e à corrosão, adequado à condução de fluidos refrigerantes, devendo atender à norma ASTM B280 ou equivalente.	338625	m	33	R\$ 62,10	R\$ 2.049,30
19	TUBO COBRE FLEXIVEL 3/8" 9,52mm X 0,79mm - Tubo de cobre flexível, sem costura, próprio para sistemas de ar condicionado (linha frigorígena), diâmetro nominal de 3/8", fornecido em rolo, fabricado em cobre desoxidado (fosforoso), com alta resistência à pressão e à corrosão, adequado à condução de fluidos refrigerantes, devendo atender às normas técnicas aplicáveis.	338624	m	36	R\$ 36,90	R\$ 1.328,40
20	TUBO COBRE FLEXIVEL 7/8" 22,22mm X 0,79mm - Tubo de cobre flexível, sem costura, diâmetro nominal de 7/8" (22,22 mm), espessura de parede de 0,79 mm, próprio para sistemas de ar condicionado (linha frigorígena), fabricado em cobre desoxidado (fosforoso), fornecido em rolo, com elevada resistência mecânica e à corrosão, adequado à condução de fluidos refrigerantes, devendo atender à norma ASTM B280 ou equivalente.	387677	m	6	R\$ 175,50	R\$ 1.053,00
21	TUBO COBRE FLEXIVEL 1/2" 12,70mm X 0,79mm - Tubo de cobre flexível, sem costura, diâmetro nominal de 1/2" (12,70 mm), espessura de parede de 0,79 mm, próprio para sistemas de ar condicionado (linha frigorígena), fabricado em cobre desoxidado (fosforoso), fornecido em rolo, com elevada resistência mecânica e à corrosão, adequado à condução de fluidos refrigerantes, devendo atender à norma ASTM B280 ou equivalente.	344031	m	6	R\$ 46,80	R\$ 280,80
	TUBO ISOL ARMAFLEX AC 19 X 22 – 7/8" C/ 2 Metros - Tubo Isolante Elastomérico Class1 Armaflex 7/8 22mm					

22	Parede 19mm Barra de 2 metros - Tubo isolante térmico flexível, em espuma elastomérica de células fechadas, próprio para isolamento de linhas frigoríferas em sistemas de ar condicionado, com diâmetro interno de 7/8", espessura de parede de 19 mm, fornecido em barras de 2 metros, com elevada resistência à difusão de vapor d'água, baixa condutividade térmica e resistência à formação de condensação, devendo ser do tipo Armaflex AF ou equivalente técnico, conforme normas aplicáveis.	400195	PC	3	R\$ 43,20	R\$ 129,60
23	TUBO ISOL ARMAFLEX AC 19 X 15- 5/8" C/ 2 Metros - Tubo isolante térmico flexível, tipo elastomérico, próprio para isolamento de linhas frigoríferas em sistemas de ar condicionado, com diâmetro interno de 5/8", espessura de parede de 19 mm, fornecido em barras de 2 metros, com estrutura de células fechadas, resistente à condensação, com baixa condutividade térmica, devendo ser do tipo Armaflex ou equivalente técnico, conforme normas aplicáveis.	400195	PC	17	R\$ 40,00	R\$ 680,00
24	TUBO ISOL ARMAFLEX AC 19 X 010 – 3/8" C/ 2 Metros - Tubo isolante térmico flexível, em espuma elastomérica de células fechadas, próprio para isolamento de linhas frigoríferas em sistemas de ar condicionado, com diâmetro interno de 3/8", espessura de parede de 10 mm, fornecido em barras de 2 metros, com elevada resistência à difusão de vapor d'água, baixa condutividade térmica e resistência à formação de condensação, devendo ser do tipo Armaflex AF ou equivalente técnico, conforme normas aplicáveis	428159	PC	18	R\$ 34,20	R\$ 615,60
25	TUBO ISOL ARMAFLEX AC 19 X 18- 3/4"C/ 2 Metro – Tubo Isolante Elastomérico Class1 Armaflex 3/4 18mm Parede 19mm Barra de 2 metros	428159	PC	9	R\$ 42,30	R\$ 380,70
26	TUBO ISOL ARMAFLEX AC 19 X 12 – ½" C/ 2 Metros - Tubo Isolante Elastomérico Class1 Armaflex 1/2 12mm Parede 19mm Barra de 2 metros	428159	PC	3	R\$ 34,20	R\$ 102,60
27	TUBO ISOL ARMAFLEX AC 19 X 25 – 1" C/ 2 Metros - Tubo Isolante Elastomérico Class1 Armaflex 1" 25mm Parede 19mm Barra de 2 metros	428159	PC	3	R\$ 49,50	R\$ 148,50
28	TUBO ISOL ARMAFLEX AC 19 X 28 - 1 1/8" COBRE /FERRO ¾ C/ 2 Metros – Tubo Isolante Elastomérico Class1 Armaflex 1.1/8 28mm Parede 19mm Barra de 2 metros	428159	PC	3	R\$ 55,80	R\$ 167,70
29	TUBO ISOL 13MM X 32 1.1/4 ARMAFLEX C/ 2 Metros - Tubo Isolante Elastomérico Armaflex Classe 1 para Ar-Condicionado 1.1/4 32mm Parede 13mm 2 Metros	428159	m	16	R\$ 16,02	R\$ 256,32
	ADESIVO ARMAFLEX 520 LATA 900ML / Cola Armaflex Adesivo 520 Fast 0.9 Litros, Referência do Fornecedor FPSAE00520F090; EAN 7898098090118 - Adesivo de					

30	contato, de uso profissional, indicado para colagem de isolamento térmico em espuma elastomérica de células fechadas (NBR/PVC), aplicado em sistemas de ar condicionado (linha frigorígena), tipo Armaflex 520 Fast ou equivalente técnico, fornecido em embalagem de 900 ml, com composição à base de borracha policloropreno, resinas e solventes orgânicos, apresentando baixa viscosidade, secagem rápida, elevada aderência e resistência à umidade, à temperatura e à difusão de vapor, adequado para aplicação em juntas e emendas de tubos isolantes.	319588	UN	6	R\$ 207,00	R\$ 1.242,00
31	FITA ARMAFLEX 03X50MM ROLO C/15M - Fita Emendas Elastomérica Armaflex 15x50x3mm - Fita adesiva elastomérica, de células fechadas, própria para vedação de emendas e acabamento de isolamento térmico em sistemas de ar condicionado (linha frigorígena), tipo Armaflex ou equivalente técnico, com dimensões de 3 mm de espessura, 50 mm de largura e 15 m de comprimento, apresentando elevada flexibilidade, aderência e resistência à umidade, à difusão de vapor e às variações de temperatura.	321973	UN	6	R\$ 175,50	R\$ 1.053,00
32	FLUIDO REF R410A ONU3163/2/2 11,35KG CHEMOURS – AMPOLA GÁS REFRIGERANTE; TIPO: 410A; APLICAÇÃO: SISTEMA DE AR CONDICIONADO CENTRAL; APRESENTAÇÃO: BOTIJÃO. CÓD.CATMAT: 399615 - 11,3 KG Gás refrigerante tipo R410A, destinado à utilização em sistemas de ar condicionado, fornecido em cilindro/ampola pressurizada com carga aproximada de 11,3 kg, conforme normas técnicas e de segurança aplicáveis, incluindo classificação ONU 3163 ou equivalente, adequado para uso em equipamentos de climatização.	399615	UN	3	R\$ 1.950,00	R\$ 5.850,00
33	SOLDA FOSCOPER BANHADA 2.40MM X 460MM - Vareta para brasagem de cobre e suas ligas, tipo fosfocobre (foscoper), com adição de fósforo, adequada para soldagem de tubulações em sistemas de refrigeração e climatização, com diâmetro aproximado de 2,40 mm e comprimento de 460 mm, apresentando intervalo de fusão entre aproximadamente 710 °C e 820 °C, boa fluidez e elevada resistência mecânica, devendo ser compatível com processos de brasagem sem necessidade de fluxo adicional, tipo Foscoper ou equivalente técnico. Informações Técnicas: Vareta de Solda Foscoper Banhada em Prata; Marca de REF: Brasil Soldas; Modelo: BR-FOS3 / BRFOS3; Comprimento: 460mm / 46cm; Diâmetro: 2,40mm; Composição: Cobre e Fósforo; Alongamento (%): 5%; Intervalo de fusão (°C): 710-820; Temperatura de trabalho (°C): 720; Composição de trabalho (°C): Cu: 92,9% P: 7,1%; Indicada para brasagem de cobre e suas ligas de cobre; Peso unitário aproximado: 11 gramas.	605382	Kg	1	R\$ 301,50	R\$ 301,50

34	<p>VALVULA ESFERA GBC 5/8" - Válvula Esférica Danfoss 009L7053 GBC 5/8 Solda Com Porta De Acesso (Tipo Schrader)</p> <p>Válvula esfera para aplicação em sistemas de refrigeração e ar condicionado, com conexão soldável (ODF), diâmetro nominal de 5/8" (aproximadamente 16 mm), corpo em latão e conexões em cobre, adequada para condução de fluidos refrigerantes, dotada de porta de acesso tipo Schrader para medição de pressão, com elevada estanqueidade, resistência mecânica e compatibilidade com sistemas frigorígenos, tipo GBC ou equivalente técnico.</p>	619488	UN	15	R\$ 216,00	R\$ 3.240,00
35	<p>VALVULA ESFERA GBC 1.1/8" - Válvula Esférica Danfoss 009L7056 GBC 1.1/8 Solda Com Porta De Acesso (Tipo Schrader)</p> <p>Válvula esfera para aplicação em sistemas de refrigeração e ar condicionado, com conexão soldável (ODF), diâmetro nominal de 1 1/8" (aproximadamente 28 mm), corpo em latão e conexões em cobre, adequada para condução de fluidos refrigerantes, dotada de porta de acesso tipo Schrader para medição de pressão, com elevada estanqueidade, resistência mecânica e compatibilidade com sistemas frigorígenos, apta a operar sob pressões elevadas, tipo GBC ou equivalente técnico.</p>	619488	UN	3	R\$ 522,00	R\$ 1.566,00
36	<p>VALVULA ESFERA GBC 3/4" - Válvula Esférica Danfoss 009L7054GBC 3/4 Solda Com Porta De Acesso (Tipo Schrader)</p> <p>Válvula esfera para aplicação em sistemas de refrigeração e ar condicionado, com conexão soldável (ODF), diâmetro nominal de 3/4" (aproximadamente 19 mm), corpo em latão e conexões em cobre, adequada para condução de fluidos refrigerantes, dotada de porta de acesso tipo Schrader para medição de pressão, com elevada estanqueidade, resistência mecânica e compatibilidade com sistemas frigorígenos, apta a operar sob pressões elevadas, tipo GBC ou equivalente técnico.</p>	619488	UN	1	R\$ 324,00	R\$ 324,00
37	<p>VALVULA ESFERA GBC 3/8" - Válvula Esférica Danfoss 009L7051 GBC 3/8 Solda Com Porta Acesso (Tipo Schrader)</p> <p>Válvula esfera para aplicação em sistemas de refrigeração e ar condicionado, com conexão soldável (ODF), diâmetro nominal de 3/8" (aproximadamente 10 mm), corpo em latão e conexões em cobre, adequada para condução de fluidos refrigerantes, dotada de porta de acesso tipo Schrader para medição de pressão, com elevada estanqueidade, resistência mecânica e compatibilidade com sistemas frigorígenos, apta a operar sob pressões elevadas, tipo GBC ou equivalente técnico.</p>	619488	UN	12	R\$ 207,00	R\$ 2.484,00
38	<p>VALVULA ESFERA GBC 1.3/8" - Válvula Esférica Danfoss 009L7057 GBC 1.3/8 Solda Com Porta De Acesso (Tipo Schrader)</p> <p>Válvula esfera para aplicação em sistemas de refrigeração e ar condicionado, com conexão soldável (ODF), diâmetro nominal de 1 3/8" (aproximadamente 35 mm), corpo em latão e conexões em cobre, adequada para condução de fluidos refrigerantes, dotada de porta de acesso tipo Schrader para medição de pressão, com elevada estanqueidade, resistência mecânica e compatibilidade com</p>	619488	UN	1	R\$ 846,00	R\$ 846,00

	sistemas frigorígenos, apta a operar sob pressões elevadas, tipo GBC ou equivalente técnico.					
39	CURVA 90° COBRE 1.1/4" - Curva 90° Forming Tubing Conexão Cobre X 1.1/4 Parede 1.02mm Conexão tipo curva 90°, em cobre, para utilização em sistemas de refrigeração e ar condicionado, com diâmetro nominal de 1 1/4" (aproximadamente 32 mm), espessura de parede aproximada de 1,02 mm, própria para união por solda /brasagem em tubulações frigorígenas, apresentando elevada resistência mecânica, estanqueidade e compatibilidade com fluidos refrigerantes, tipo Forming Tubing ou equivalente técnico.	410686	UN	4	R\$ 21,93	R\$ 87,72
40	CURVA 90° COBRE 3/4" - Curva 90° Forming Tubing Conexão Cobre 3/4 Parede 1.40mm Conexão tipo curva 90°, em cobre, para utilização em sistemas de refrigeração e ar condicionado, com diâmetro nominal de 3/4" (aproximadamente 19 mm), espessura de parede aproximada de 1,40 mm, própria para união por solda /brasagem em tubulações frigorígenas, apresentando elevada resistência mecânica, estanqueidade e compatibilidade com fluidos refrigerantes, tipo Forming Tubing ou equivalente técnico.	410686	UN	4	R\$ 8,81	R\$ 35,24
41	Conector Derivação Perfurante Cdp Principal de 16 até 120mm e Derivação de 4 até 35mm Conector de derivação perfurante (CDP), indicado para conexão elétrica por perfuração em condutores isolados de cobre e/ou alumínio, destinado a redes de baixa tensão, com capacidade para condutor principal na faixa de 16 mm ² a 120 mm ² e derivação na faixa de 4 mm ² a 35 mm ² , composto por corpo em polímero de alta resistência mecânica, contatos em liga de cobre estanhada, parafuso em aço com proteção anticorrosiva e sistema de aperto com controle de torque, proporcionando conexão segura, estanque e de alta condutividade elétrica, conforme normas técnicas aplicáveis.	633617	UN	10	R\$ 14,90	R\$ 149,00
42	BRT5635 TRILHO DIN BARRA 1 METRO GALV PERFURADO Trilho de fixação padrão DIN, perfurado, para montagem de dispositivos elétricos em quadros e painéis, com comprimento de 1 metro (1000 mm), fabricado em aço galvanizado ou material metálico equivalente, com elevada resistência mecânica e durabilidade, compatível com a fixação de disjuntores e demais componentes modulares, conforme norma DIN 43660 ou equivalente.	408093	UN	1	R\$ 12,19	R\$ 12,19
	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL HEPR 10MM ROLO 100M - Cabo elétrico flexível, condutor em cobre eletrolítico, unipolar, seção nominal de 10 mm ² , isolamento em composto termofixo tipo HEPR, tensão de isolamento 0,6/1 kV, classe de					

43	encordoamento mínima 5, com elevada resistência térmica, elétrica e mecânica, adequado para instalações elétricas de baixa tensão, fornecido na cor preta, em rolo de 100 metros, conforme normas técnicas aplicáveis.	600267	UN	8	R\$ 1.173,10	R\$ 9.384,80
44	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL HEPR 6mm rolo 100m - Cabo elétrico flexível, condutor em cobre eletrolítico, unipolar, seção nominal de 6 mm², isolamento em composto termofixo tipo HEPR, tensão de isolamento 0,6/1 kV, classe de encordoamento mínima 5, com elevada resistência térmica, elétrica e mecânica, adequado para instalações elétricas de baixa tensão, fornecido em rolo de 100 metros, conforme normas técnicas aplicáveis.	600266	UN	3	R\$ 569,99	R\$ 1.709,97
45	DISJUNTOR MONOFASICO 16A SDD – curva C / Disjuntor Mini Monopolar 16A 220VCA C 3KA Sdd Sdd61C16 Steck Disjuntor termomagnético monopolar, corrente nominal de 16 A, curva de disparo tipo C, tensão de operação de até 220/380 VCA, capacidade de interrupção mínima de 3 kA, próprio para proteção de circuitos elétricos contra sobrecarga e curto-circuito, com elemento de proteção térmico e magnético, grau de proteção mínimo IP20, tipo mini disjuntor, compatível com montagem em trilho DIN, para utilização em sistemas elétricos de baixa tensão, tipo SDD ou equivalente técnico	396586	UN	3	R\$ 7,99	R\$ 23,97
46	DISJUNTOR TRIFASICO 40A SDD – curva C / Disjuntor Mini Tripolar 40A 400VCA C 4,5KA Sdd Sdd63C40 Steck Disjuntor termomagnético tripolar, corrente nominal de 40 A, curva de disparo tipo C, tensão de operação de até 400 VCA, capacidade de interrupção mínima de 4,5 kA, próprio para proteção de circuitos elétricos contra sobrecarga e curto-circuito, com elemento de proteção térmico e magnético, grau de proteção mínimo IP20, tipo mini disjuntor, para instalação em sistemas elétricos de baixa tensão, tipo SDD ou equivalente técnico.	401220	UN	2	R\$ 45,93	R\$ 91,86
47	Prensa cabo 25mm - Conector prensa-cabo, com rosca padrão BSP, para vedação e fixação de cabos elétricos, fabricado em poliamida (nylon) autoextinguível, com sistema de vedação em material elastomérico, adequado para cabos com diâmetro entre 18 mm e 25 mm, com grau de proteção mínimo IP67, resistente a impactos e variações de temperatura, indicado para uso em quadros e instalações elétricas, conforme normas técnicas aplicáveis.	387666	UN	10	R\$ 3,46	R\$ 34,60
48	TERMINAL A COMPRESSAO CURTO BOCA EXPANDIDA 10MM2 FURO 06MM SC010-6 Terminal elétrico de compressão, tipo olhal (boca expandida), fabricado em cobre eletrolítico estanhado, destinado à conexão de condutores elétricos, para cabos com seção nominal de 10 mm², com furo para fixação de 6 mm, próprio para crimpagem, proporcionando adequada condutividade elétrica, resistência mecânica e proteção contra corrosão, conforme normas técnicas aplicáveis.	487712	UN	10	R\$ 2,45	R\$ 24,50

49	<p>TERMINAL A COMPRESSAO CURTO BOCA EXPANDIDA 16MM2 FURO 06MM</p> <p>Terminal elétrico de compressão, tipo olhal (boca expandida), fabricado em cobre eletrolítico estanhado, destinado à conexão de condutores elétricos, para cabos com seção nominal de 16 mm², com furo para fixação de 6 mm, próprio para crimpagem, proporcionando adequada condutividade elétrica, resistência mecânica e proteção contra corrosão, conforme normas técnicas aplicáveis.</p>	600298	UN	10	R\$ 2,30	R\$ 23,00
50	<p>TERMINAL A COMPRESSAO CURTO BOCA EXPANDIDA 35MM2 FURO 08MM 111A TE-0358</p> <p>Terminal elétrico de compressão, tipo olhal (boca expandida), fabricado em cobre eletrolítico estanhado, destinado à conexão de condutores elétricos, para cabos com seção nominal de 35 mm², com furo para fixação de 8 mm (M8), próprio para crimpagem, proporcionando adequada condutividade elétrica, resistência mecânica e proteção contra corrosão, para utilização em sistemas elétricos de baixa tensão, conforme normas técnicas aplicáveis.</p>	624352	UN	10	R\$ 4,10	R\$ 41,00
51	<p>Eletroduto corrugado 2 polegadas</p> <p>Eletroduto flexível corrugado, fabricado em material termoplástico, na cor cinza, diâmetro nominal de 2" (aproximadamente 50 mm), destinado à proteção mecânica de condutores elétricos em instalações de baixa tensão, com boa resistência mecânica e flexibilidade, fornecido em rolo, conforme normas técnicas aplicáveis.</p>	635457	m	50	R\$ 6,11	R\$ 305,50
52	<p>Eletroduto (Conduíte) Flexível Corrugado 3/4" rolo 100m</p> <p>Eletroduto flexível corrugado, fabricado em material termoplástico, na cor cinza, diâmetro nominal de 3/4", destinado à proteção mecânica de condutores elétricos em instalações de baixa tensão, com boa resistência mecânica e flexibilidade, fornecido em rolo de 100 metros, conforme normas técnicas aplicáveis.</p>	622527	m	200	R\$ 1,20	R\$ 240,00
53	<p>CABO PP PRETO 4 X 2,5mm² COBRE 1KV ORIGINAL</p> <p>Cabo elétrico flexível multipolar tipo PP, com 4 condutores, cada um com seção nominal de 2,5 mm², condutor em cobre eletrolítico, isolamento em composto termofixo tipo HEPR e cobertura externa em PVC, tensão de isolamento 0,6/1 kV, classe de encordoamento mínima 5, com elevada flexibilidade e resistência térmica, elétrica e mecânica, adequado para alimentação de equipamentos elétricos em instalações de baixa tensão, fornecido na cor preta, em rolo de 100 metros, conforme normas técnicas aplicáveis.</p>	338644	m	100	R\$ 15,30	R\$ 1.530,00
54	<p>TUBO COBRE FLEXIVEL 1.18" -</p> <p>Tubo de cobre flexível, sem costura, diâmetro nominal de 1.18" (29,97 mm), espessura de parede adequada à aplicação, próprio para sistemas de ar condicionado (linha frigorígena), fabricado em cobre desoxidado (fosforoso),</p>	344031	m	5	R\$ 164,00	R\$ 820,00

fornecido em rolo, com elevada resistência mecânica e à corrosão, adequado à condução de fluidos refrigerantes, devendo atender à norma ASTM B280 ou equivalente.					
---	--	--	--	--	--

1.1.1 Em caso de divergência entre as descrições e especificações acima constantes do CATMAT e CATSER do presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas.

1.1.2 O valor estimado da contratação é de R\$ 430.506,92 (quatrocentos e trinta mil, quinhentos e seis reais e noventa e dois centavos), apurado com base em pesquisa de preços realizada na fase de planejamento da contratação, mediante coleta de propostas junto a fornecedores do mercado, em observância ao disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e às boas práticas de formação de preços na Administração Pública.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) a partir da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos sólidos gerados na execução contratual, inclusive aqueles equiparados aos resíduos da construção civil, conforme a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e a Resolução CONAMA nº 307/2002, bem como suas atualizações.

4.1.2. A Contratada deverá utilizar produtos de limpeza, conservação e manutenção que atendam às normas e classificações estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), quando aplicáveis.

4.1.3. É vedada, em qualquer hipótese, a disposição de resíduos em locais não licenciados, tais como aterros irregulares, áreas de “bota-fora”, encostas, corpos d’água, terrenos baldios ou áreas ambientalmente protegidas.

4.1.4. A Contratada deverá observar a legislação ambiental vigente relativa ao controle, tratamento e descarte de efluentes líquidos, especialmente a Resolução CONAMA nº 357/2005.

4.1.5. A mão de obra empregada deverá adotar práticas que promovam o uso racional de recursos naturais, especialmente água e energia elétrica, bem como a correta operação e regulagem dos equipamentos utilizados, evitando desperdícios.

4.1.6. Será de responsabilidade da Contratada o recolhimento, acondicionamento, transporte e destinação ambientalmente adequada de todos os resíduos gerados, incluindo peças substituídas, componentes eletromecânicos, materiais inservíveis, embalagens e recipientes de fluidos refrigerantes.

4.1.7. A Contratada será integralmente responsável pela destinação final dos resíduos gerados, sem ônus para a Contratante, devendo comprovar, sempre que solicitado pela fiscalização contratual, a destinação ambientalmente adequada por meio de documentação emitida por empresa licenciada ou órgão competente.

4.1.8. A Contratada deverá observar, quando aplicável, as normas do INMETRO e as diretrizes da série ISO 14000 relativas à gestão ambiental, admitindo-se certificações equivalentes, quando cabível.

4.1.9. A execução dos serviços deverá observar as normas de segurança e saúde no trabalho, bem como as normas técnicas pertinentes da ABNT.

4.1.10. A Contratada deverá adotar procedimentos ambientalmente adequados para recolhimento, armazenamento, transporte e destinação de fluidos refrigerantes, observando as recomendações do fabricante e a legislação ambiental vigente, sendo vedada sua liberação direta na atmosfera.

4.1.11. Nos casos de fornecimento ou substituição de equipamentos ou componentes, deverão ser priorizados produtos com maior eficiência energética, devidamente classificados nos programas de etiquetagem do INMETRO ou equivalentes.

4.1.12. A Contratada deverá adotar práticas voltadas à redução da geração de resíduos, priorizando, sempre que possível, a reutilização, reciclagem e destinação ambientalmente adequada, nos termos da Lei nº 12.305/2010.

4.1.13. A Contratada deverá, quando aplicável, apresentar licenças ambientais, certificados ou autorizações exigidas pelos órgãos competentes para o transporte, armazenamento e destinação dos resíduos gerados, bem como manter tais documentos válidos durante toda a execução contratual.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da ~~(s) seguinte(s)~~ marca HITACHI LTDA, característica (s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:

4.2.1. A especificação da marca HITACHI decorre, portanto, de requisito técnico de compatibilidade com o sistema VRF existente, sendo indispensável para assegurar a integração entre os componentes e a continuidade operacional do sistema.

Da exigência de carta de solidariedade

4.3. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

4.3.1. Nos casos em que o licitante não seja o fabricante dos equipamentos, SERÁ exigida, do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, declarando que:

- I – reconhece o licitante como apto a fornecer os produtos e/ou executar os serviços;
- II – assegura o fornecimento de peças originais e suporte técnico necessários à execução contratual;
- III – compromete-se solidariamente quanto à garantia e ao desempenho dos equipamentos fornecidos.

Parágrafo único. Tal exigência fundamenta-se na necessidade de assegurar a compatibilidade técnica com o sistema existente, a preservação da garantia do fabricante e a adequada execução do objeto, não se configurando como restrição indevida à competitividade, por decorrer de requisito técnico essencial devidamente justificado nos autos.

4.3.2. A CONTRATADA deverá apresentar declaração ou carta de garantia emitida pelo fabricante dos equipamentos de climatização (HITACHI LTDA ou equivalente tecnicamente compatível), atestando que os equipamentos fornecidos e instalados terão garantia, desde que observadas as condições de instalação, operação e manutenção recomendadas pelo fabricante, pelos seguintes prazos mínimos:

- I – 12 (doze) meses para a execução dos serviços de instalação, contemplando o perfeito funcionamento do sistema, inclusive tubulações, carga de fluido refrigerante e interligações elétricas;
- II – 24 (vinte e quatro) meses para os equipamentos em geral (unidades evaporadoras e condensadoras);
- III – 60 (sessenta) meses para os compressores.

4.3.2.1. Durante o período de garantia, em caso de defeito ou falha de funcionamento, a CONTRATADA deverá assegurar, junto ao fabricante, o fornecimento, sem ônus para a CONTRATANTE, de todas as peças de reposição, insumos e suporte técnico necessários à correção do problema e ao restabelecimento pleno do sistema.

4.3.2.2. A CONTRATADA será responsável por todas as despesas relacionadas ao atendimento em garantia, incluindo deslocamento, estadia, mão de obra e materiais necessários, sem ônus para a CONTRATANTE, exceto nos casos em que ficar comprovado que o defeito decorreu de uso inadequado, operação em desacordo com as recomendações do fabricante ou intervenções por terceiros não autorizados.

Subcontratação

4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.6. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 (nove) horas às 15 (quinze) horas.

4.6.1. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.6.2. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.6.4. O agendamento poderá ser efetuado junto ao Comando do 3º Distrito Naval por meio dos telefones (84) 3216-3111, (84) 3216-3038, bem como através dos seguintes e-mails: musil.gabriela@marinha.mil.br, fabio.albuquerque@marinha.mil.br e renilson.junior@marinha.mil.br

4.6.5. Após a Visita Técnica, a licitante deverá emitir Declaração de Visita Técnica, assinada pelo responsável técnico, através da qual atestará que vistoriou o(s) local(is) onde serão realizados os serviços e que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, que é detentor de todas as informações e esclarecimentos necessários para elaboração dos custos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a Administração.

4.7. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.8. Considerando que a realização de vistoria técnica é facultativa, a licitante não poderá alegar, posteriormente, desconhecimento das condições locais, das características técnicas ou do grau de complexidade do objeto como justificativa para o descumprimento das obrigações assumidas.

Parágrafo único. A não realização da vistoria implica a aceitação tácita das condições locais para a execução do objeto, não sendo admitidas alegações posteriores para fins de solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro ou revisão contratual, ressalvadas as hipóteses de fatos supervenientes devidamente comprovados, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: ocorrerá a partir da emissão da Nota de Empenho ou da assinatura do Termo de Contrato, o que ocorrer por último, conforme definido pela Administração.

5.1.1.1. O prazo de execução será de até 2 (dois) meses, contado a partir do recebimento dos equipamentos, não podendo ultrapassar a vigência do contrato.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. Previamente à execução dos serviços, a Contratada deverá notificar o fiscal do contrato designado pelo Comando do 3º Distrito Naval (Com3ºDN), que acompanhará os técnicos durante a realização dos trabalhos.

5.1.2.2. Os serviços deverão ser entregues totalmente limpos, acabados e em perfeitas condições de funcionamento e uso imediato.

5.1.2.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando executados em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta da Contratada, devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo estabelecido pela fiscalização do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.1.2.4. A Contratada deverá entregar o projeto “as built”, bem como relatórios técnico inicial e final contendo todas as informações sobre o dimensionamento e instalação dos equipamentos fornecidos, incluindo manuais técnicos, especificações dos equipamentos e resultados dos testes de funcionamento realizados.

5.1.2.5. Os serviços de instalação do sistema somente serão considerados concluídos e aceitos pela fiscalização após a verificação do pleno funcionamento do sistema instalado.

5.1.2.6. Após a conclusão da instalação, a Contratada deverá realizar todos os testes operacionais, ajustes e procedimentos de comissionamento necessários para assegurar o perfeito funcionamento do sistema de climatização instalado.

5.1.2.7. Da mão de obra e das ferramentas

5.1.2.7.1. Toda a mão de obra necessária para a perfeita execução do objeto da contratação será disponibilizada pela Contratada, sendo de sua inteira responsabilidade o recrutamento, seleção, treinamento e supervisão dos profissionais empregados.

5.1.2.7.2. Será solicitada prova de que a empresa contratada possui em seu quadro permanente profissional(is) de nível superior na área de Engenharia Mecânica, legalmente habilitado(s) e detentor(es) de Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) pelo CREA, que comprove (m) responsabilidade técnica pela execução de serviço compatível com o objeto da contratação.

5.1.2.7.3. A execução dos serviços deverá ser realizada exclusivamente por técnicos especializados, observando a legislação trabalhista e previdenciária vigente, bem como os acordos, convenções ou dissídios coletivos das respectivas categorias profissionais, além das especificações técnicas e exigências do fabricante dos equipamentos.

5.1.2.7.4. Os técnicos especializados deverão possuir, no mínimo, formação técnica na área de refrigeração e climatização devidamente reconhecida pelo MEC, devendo ainda comprovar experiência profissional na área, mediante registro em carteira de trabalho ou documentação equivalente, bem como experiência em sistemas de automação aplicados à refrigeração.

5.1.2.7.5. Os funcionários da Contratada, quando estiverem prestando serviços nas dependências da Contratante, deverão apresentar-se devidamente uniformizados, em condições adequadas de higiene e apresentação pessoal, mantendo comportamento compatível com o ambiente institucional, portando crachá de identificação da empresa e observando as normas e diretrizes estabelecidas pelo Comando do 3º Distrito Naval.

5.1.2.7.6. Todas as ferramentas, equipamentos de manutenção, aparelhos mecânicos ou eletrônicos de aferição, regulagem, ajuste ou quaisquer outros necessários à execução dos serviços deverão ser fornecidos pela Contratada, permanecendo sob sua responsabilidade, não recaindo sobre a Contratante qualquer ônus referente a desgaste, danos, reposição ou manutenção.

5.1.2.7.7. Quando necessário à execução dos serviços, a Contratada deverá providenciar a utilização de equipamentos de içamento, incluindo guindaste, sendo de sua inteira

responsabilidade o fornecimento, operação e custos associados. A Contratada poderá terceirizar este serviço, permanecendo, contudo, integralmente responsável pela execução, segurança das operações e cumprimento das normas legais e técnicas aplicáveis.

5.1.2.7.8. A Contratada deverá substituir todos os materiais ou componentes considerados defeituosos ou inadequados à execução do objeto, apresentando-os ao fiscal do Comando do 3º Distrito Naval quando solicitados.

5.1.2.7.9. Serão de responsabilidade da Contratada todas as despesas decorrentes de reparos, consertos ou substituição de peças motivadas por negligência, imperícia ou imprudência de seus empregados ou prepostos.

5.1.2.7.10. A Contratada obriga-se a utilizar materiais e peças de reposição originais do fabricante dos equipamentos de ar-condicionado ou equivalentes devidamente homologados pelo fabricante.

5.1.2.7.11. Todo material substituído que for considerado defeituoso deverá ser apresentado ao fiscal do Comando do 3º Distrito Naval, sempre que solicitado, para fins de verificação.

5.1.2.7.12. A Contratada deverá fornecer aos seus empregados, sem ônus para a Contratante, todas as ferramentas, equipamentos e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados às atividades a serem executadas, garantindo que estejam em perfeito estado de conservação e funcionamento, de modo a proporcionar plena segurança e proteção contra riscos de acidentes e danos à saúde.

5.1.2.7.13. Sem prejuízo da plena responsabilidade da Contratada, todos os serviços contratados estarão sujeitos à mais ampla e irrestrita fiscalização pelo Comando do 3º Distrito Naval, a qualquer tempo e em toda a área abrangida pelo contrato.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Comando do 3º Distrito Naval, localizado na Rua Coronel Flamínio, nº 100, Santos Reis, CEP: 59.010-500, Natal/RN;

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário e dias da semana: das 08 horas às 15 horas, de segunda a sexta-feira, podendo, quando necessário, ocorrer aos sábados, domingos e feriados.

Rotinas a serem cumpridas

5.3.1. A execução contratual observará as rotinas necessárias ao bom andamento do serviço, de modo que estes não interfiram no bom funcionamento da rotina do Comando do 3º Distrito Naval.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais contidos no Anexo II deste Termo, bem como os materiais de consumo, peças e acessórios que se fizerem necessários, conforme definido durante a vistoria prevista neste Termo de Referência, além daqueles exigidos pelo fabricante dos equipamentos, obedecendo às seguintes condições:

5.4.1. Os quantitativos de cada item deverão ser fornecidos em quantidade suficiente para garantir o pleno funcionamento do sistema, independentemente das quantidades estimadas apresentadas na tabela do Anexo II.

5.4.2. Caso seja necessário fornecer outros materiais não previstos no Anexo II, a Contratada deverá providenciá-los sem qualquer custo adicional à Contratante.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. As instalações do Comando do 3º Distrito Naval (Com3ºDN) são atendidas por sistema de climatização do tipo Volume de Refrigerante Variável (VRF), composto atualmente por 9 (nove) grupos de distribuição de evaporadoras e suas respectivas condensadoras. O objeto do presente Termo de Referência compreende a modernização do Grupo 04, a segregação do Grupo 02 e a criação do Grupo 09, englobando a redistribuição dos ambientes atendidos, a substituição, realocação e instalação de evaporadoras e condensadoras, de modo a atender integralmente as cargas térmicas do rancho e dos alojamentos, observando-se integralmente as normas técnicas aplicáveis, os manuais dos fabricantes e as melhores práticas de engenharia.

5.6. O Grupo 04, objeto de modernização, abrange os ambientes situados entre a Copa do Almirante e a Seção de Inteligência Marítima, devendo ser assegurado o pleno atendimento térmico dos referidos espaços após a conclusão das intervenções.

5.6.1. A modernização consiste na substituição das 3 (três) condensadoras existentes por novas unidades compatíveis com o sistema instalado, sendo adotada Unidade Condensadora de 18,0 HP – Heat Pump – Condensação a Ar – 380 V / 3 fases / 60 Hz – pertencente à família VRF air365 Max Plus (modelo RAS18FSDENY7Q) - (Imagem 1).

5.6.2. Para a execução dos serviços, deverá ser realizado o corte controlado das tubulações frigoríferas existentes, seguido da retirada de 3 (três) condensadoras atualmente instaladas. A instalação das novas condensadoras será realizada mediante içamento por guindaste (imagem 2), cujo prédio tem aproximadamente 13 (treze) metros de altura e uma distância aproximada de 15 (quinze) metros partindo do parapeito até a base das condensadoras, observando integralmente as normas de segurança vigentes e boas práticas de engenharia.

5.6.3. Após o posicionamento das unidades, deverão ser executadas as interligações frigoríferas, incluindo a soldagem de 6 (seis) válvulas de bloqueio modelo GBC, sendo 3 (três) válvulas de 1.1/8" e 3 (três) válvulas de 5/8", bem como das tubulações frigoríferas. Na sequência, deverão ser realizados os testes de pressão e estanqueidade, a aplicação de vácuo e a carga de fluido refrigerante, em estrita conformidade com as recomendações do fabricante e as normas técnicas aplicáveis.

5.6.4. A intervenção a ser realizada ainda no Grupo 4, também compreende a substituição de 6 (seis) evaporadoras, uma na Sala de Praças da Seção de Logística (imagem 4), duas no Centro de Comando Naval de Área (CCNA) (imagem 5), uma na Sala de Praças da Seção de Operações (imagem 6), uma na Secretaria do Gabinete (imagem 7) e uma na Sala de Refeição do Gabinete (imagem 8), todas do tipo cassete. As unidades possuem capacidade de 5,0 HP, modelo RCI5.0FSN3B6, com defletores de controle individual, quatro velocidades de ventilação, alimentação elétrica em 220 V monofásico, controle remoto e receptor de sinais, pertencentes à família Set Free.

5.6.5. Na rede frigorífera deste grupo deverão ser instaladas válvulas tipo GBC, sendo 12 nas evaporadoras (06 de 5/8" e 06 de 3/8").

5.7. O Grupo 2 atualmente atende os ambientes compreendidos entre o Salão de Recreio de Cabos e Marinheiros e o Dormitório de Suboficiais e Sargentos. Após a segregação, passará a atender exclusivamente o Dormitório de Suboficiais e Sargentos, Vestiário, Dormitório de Cabos e Marinheiros, Dispensa, Área de Preparo, Açougue e Paiol de Mantimentos. O novo Grupo 9 será responsável pelo atendimento do Refeitório de Suboficiais e Sargentos, Refeitório de Cabos e Marinheiros e respectivos Salões de Recreio, conforme a nova setorização definida em projeto.

5.7.1. Já a intervenção a ser realizada no Grupo 2, compreende ainda a substituição de quatro evaporadoras existentes (imagem 3) e a instalação de duas novas unidades (imagem 9), totalizando seis evaporadoras, do tipo cassete. Destas, cinco unidades possuem capacidade de 5,0 HP, modelo RCI5.0FSN3B6, e uma unidade de 3,0 HP, modelo RCI3.0FSN3B6, todas com defletores de controle individual, quatro velocidades de ventilação, alimentação elétrica em 220 V monofásico, controle remoto e receptor de sinais, pertencentes à família Set Free.

5.7.2. Das seis evaporadoras, duas unidades instaladas nos Salões de Recreio serão integralmente substituídas (imagens 10 e 11), enquanto as duas unidades dos Refeitórios serão substituídas e realocadas conforme a nova configuração (Imagens 12 e 13). Adicionalmente, serão instaladas duas novas evaporadoras, uma em cada Refeitório, de forma a garantir o atendimento pleno da carga térmica dos ambientes.

5.7.3. Também será instalada uma nova condensadora de 28,0 HP, modelo RAS30FSDENY7Q, do tipo Cooling Only, condensação a ar, alimentação 380 V trifásica, pertencente à família VRF air365 Max Plus, destinada exclusivamente ao Grupo 9, em local definido pela Administração no telhado da edificação (imagem 15).

5.7.3.1. Será necessário para instalação do equipamento acima uma base de alvenaria de dimensões aproximadas de 170 cm X 80 cm.

5.7.4. A interligação entre a nova condensadora e as evaporadoras do Grupo 9 deverá ser realizada por meio de rede de tubulação frigorígena, descendo do telhado até o pavimento térreo, passando pelo pavimento intermediário existente (Anexo 4). Serão necessárias perfurações nas lajes, que deverão ser executadas de forma a preservar a integridade estrutural, com posterior vedação e recomposição dos elementos atravessados. A tubulação deverá ser fixada, isolada termicamente e protegida mecanicamente, observando-se integralmente as normas técnicas aplicáveis e recomendações do fabricante.

5.7.5. Na rede frigorígena deverão ser instaladas válvulas tipo GBC, sendo 12 nas evaporadoras (06 de 5/8" e 06 de 3/8"), 02 na condensadora do Grupo 09 (1 1/4" e 7/8") e 04 na condensadora existente do Grupo 02 (02 de 1 1/8" e 02 de 5/8").

5.7.6. Em razão dos cortes e realocações de tubulação, ambos os Grupos 2 e 9 deverão ser submetidos a testes de pressão, estanqueidade, aplicação de vácuo e carga de fluido refrigerante, em conformidade com normas técnicas, recomendações do fabricante e boas práticas de engenharia.

5.7.7. Em todos os pontos de instalação e realocação das evaporadoras deverão ser realizadas as intervenções necessárias de modo a permitir a interligação com o sistema de dreno existente, incluindo a instalação de novos drenos caso necessário.

5.7.8 Deverão ainda ser previstos e executados vãos de reparo em drywall de 50 cm x 50 cm (imagem 14), posicionados de maneira estratégica ao lado das unidades, a fim de permitir futuras intervenções, manutenção ou substituição de componentes, sem necessidade de abertura de forros adicionais. Após a execução das intervenções, todos os forros deverão ser recompostos, garantindo vedação, segurança, estética e integridade do ambiente.

5.8. Do Sistema de Gerenciamento Centralizado (CSNET Lite)

5.8.1. A Contratada deverá fornecer e instalar 03 (três) unidades do sistema de gerenciamento centralizado (CSNET Lite - Família Set Free), contemplando para cada unidade todos os hardwares, licenças de software embarcadas e acessórios necessários para a sua perfeita instalação e o seu pleno funcionamento operacional.

5.8.2. O fornecimento deve contemplar obrigatoriamente:

- Interfaces de Comunicação: Adaptadores de rede e gateways necessários para a rede H-LINK e cabos de comunicação blindados específicos para a integração das unidades;
- Infraestrutura de Rede: Configuração de acesso via web interface em cada um dos controladores, permitindo o monitoramento remoto através de navegador (browser), agendamento de horários (calendário semanal/anual) e ferramentas de controle de manutenção;
- Instalação Física: Fixação em locais designados pela Fiscalização (montagem em trilho DIN ou sobreposta), com alimentação elétrica estabilizada e conexão à rede de dados (Ethernet) da Unidade para acesso remoto.

5.8.3. A instalação dos sistemas CSNET Lite deverá incluir o fornecimento e lançamento de todo o cabeamento de comunicação (padrão H-LINK), interfaces de rede, conectores e proteções elétricas necessárias, não sendo admitido o pleito de custos adicionais após a assinatura do contrato.

5.8.4. O sistema deverá obrigatoriamente garantir a compatibilidade técnica, comunicação, integração e controle total (interoperabilidade via rede H-LINK) com o sistema de gerenciamento centralizado existente na Unidade (CSNET WEB - Modelo PSC-A160WEB1), bem como com o parque de equipamentos composto pelos seguintes modelos:

I. Unidades Evaporadoras já existentes no local:

- HI WALL - RPK-1.0 0FSNSM3
- HI WALL - RPK-1,5 0FSNSM3
- HI WALL - RPK-2.0 0FSNSM3
- HI WALL - RPK-2.5 0FSNSM3
- CASSETE 4 VIAS - RCI1-0FSN3B3
- CASSETE 4 VIAS - RCI2-0FSN3B3
- CASSETE 4 VIAS - RCI3-0FSN3B3
- CASSETE 4 VIAS - RCI4-0FSN3B3
- CASSETE 4 VIAS - RCI5-0FSN3B3
- HI WALL- RPK1.8 - HNBUSQ
- CASSETE 4 VIAS - RCI6-0FSKDN1Q
- DUTO-RPIM1-0HNAUB1QTZ

II. Unidades Evaporadoras em processo de aquisição:

- RCI5-0FSN3B6
- RPIM1-0HNAUB1QIZ
- RCI3-0FSN3B6
- RCI5-0FSN3B6
- RCI5-0FSN3B6

III. Unidades Condensadoras já existentes no local:

- RAS12FSNM7B2I (380V/60Hz)
- RAS18FSNM7B (380V/60Hz)
- RAS28FSNC7B2

IV. Unidades Condensadoras em processo de aquisição:

- RAS18FSDENYQ
- RAS28-FSDENY7Q

- 5.8.5. A Contratada será responsável pela configuração lógica do sistema, incluindo a nomeação das unidades no software de gestão conforme orientação da Fiscalização, configuração de acesso via navegador (Web Browser) e testes de estanqueidade da rede de comunicação.
- 5.8.6. Os serviços de instalação do sistema de gerenciamento somente serão considerados aceitos após a verificação, por parte da Fiscalização do Comando do 3º Distrito Naval, do controle individualizado e coletivo de todos os parâmetros (temperatura, modo de operação, velocidade do ventilador e sinalização de erros) de cada uma das unidades listadas neste subitem.
- 5.9. Ao término da execução, o sistema deverá estar plenamente operacional, com todos os ambientes atendidos conforme a nova setorização, condensadoras e evaporadoras funcionando normalmente, comunicação estável e parâmetros ajustados conforme as recomendações do fabricante.
- 5.10. Todos os testes, ajustes, comissionamento e intervenções civis deverão ser integralmente realizados, incluindo testes de pressão, estanqueidade, vácuo, carga de fluido refrigerante, testes funcionais e configuração no sistema de supervisão.
- 5.11. Para a instalação das condensadoras no telhado, será obrigatória a utilização de guindaste, considerando altura aproximada de 13 metros e deslocamento horizontal de 15 metros até o ponto de fixação. A contratação, operação, sinalização, segurança e todos os encargos relacionados ao guindaste são de inteira responsabilidade da Contratada, que deverá observar rigorosamente todas as normas de segurança aplicáveis. Considerando interferências na área de instalação, será necessária a remoção temporária das placas solares (imagem 16), devendo estas serem preservadas e reinstaladas integralmente ao término das atividades.
- 5.12. Cabe à Contratada a responsabilidade integral por todos os aspectos operacionais, de segurança e correção de falhas ou não conformidades decorrentes da execução dos serviços, sendo vedada qualquer transferência de ônus à Administração em decorrência de falhas de execução ou inobservância das normas técnicas, manuais dos fabricantes ou melhores práticas de engenharia.
- 5.13. Com relação a ligação elétrica da nova condensadora deverá ocorrer partindo do quadro de distribuição principal das condensadoras (QGBT-AR), localizado na Sala de Estado (imagem 17), assim como ao quadro de distribuição das evaporadoras do Grupo 02 (QDC AR EVAP T - G2), posicionado em frente ao Salão de Recreio dos CB/MN corredor do primeiro pavimento de acesso ao Refeitório de Praças, onde ficarão alocados os disjuntores do novo Grupo 9 (Imagem 18), observando as devidas interligações entre os sistemas para o devido funcionamento do objetivo.
- 5.14. Deverá ser observada, pelo menos, o espaçamento recomendado entre os cabos de comunicação e de energia, entre si e com outros componentes (cabos paralelos de até 100m), conforme manual do fabricante (tabela que segue abaixo) ou segundo a norma mais atual vigente que interligam as evaporadoras e a nova condensadora, a fim de evitar interferência eletromagnética do primeiro no segundo:

Capacidade de corrente da rede elétrica (≥100V)	Espaçamento mínimo
Rede elétrica (≥100V/10A)	300 mm
Rede elétrica (≥100V/50A)	500 mm
Rede elétrica (≥100V/100A)	1000 mm
Rede elétrica (≥100V/100A)	1500 mm
Cabos elétricos de outros equipamentos (Ip≥1000A) e componentes de SPDA	1500 mm

Estruturas metálicas aterradas	300 mm
--------------------------------	--------

5.15. Para fins de parâmetro, deve-se considerar, aproximadamente, as seguintes distâncias:

5.15.1. Localização da Nova Condensadora (Sala de Estado (térreo) – Laje do Prédio do Comando): 120 metros

5.15.2. Refeitório de Praças – Corredor de Acesso ao Refeitório dos Praças (térreo): 50 metros

Especificação da garantia do serviço

5.14. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de, no mínimo 03 (três) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Parágrafo único. A garantia dos equipamentos poderá ser estendida pelo fabricante, conforme certificado de garantia específico, observadas as condições por ele estabelecidas, podendo alcançar, no mínimo:

I – 24 (vinte e quatro) meses para as unidades evaporadoras e condensadoras;

II – 60 (sessenta) meses para os compressores.

A fruição da garantia estendida estará condicionada ao atendimento das exigências do fabricante, tais como instalação por empresa credenciada, realização de partida por representante autorizado e manutenção preventiva por empresa habilitada, cabendo à CONTRATADA assegurar o atendimento a tais requisitos durante a execução contratual, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.15. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período CONTRATUAL.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.20.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.20.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.20.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo VII para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.2. Nos regimes de execução de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação por tarefa, contratação integrada e contratação semi-integrada será adotada sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.

7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.3.1. não produziu os resultados acordados,

7.3.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **10 (dez)** dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, **o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.**

7.10. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.10.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A9]

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.38. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **20/10/2025**.

7.39. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.40. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.41. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.42. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.43. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.44. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.45. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.46. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.46.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.46.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.46.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.46.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.47. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES /MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a. der causa à inexecução parcial do contrato;

- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, **de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias.***

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

9.3.1 A instalação dos equipamentos deverá ser realizada por empresa credenciada/autorizada Hitachi (com apresentação do certificado de credenciamento), devendo esta observar o que preconiza os manuais e catálogos técnicos específicos para o caso em questão, tendo em vista a preservação dos termos de garantia (legal e, eventualmente, estendida) e integridade de operação dos equipamentos. Após a instalação, deverá a empresa estabelecer contatos técnicos e gerenciais com a fabricante, ou representante por ela designado, para

verificação da instalação e startup dos equipamentos (obedecendo as condições gerais para solicitação de “start-up” indicadas em manual), ficando responsável por ajustes e eventuais reparos necessários ao correto funcionamento do sistema.

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

- 9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **do último exercício social**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

- 9.25. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.**

- 9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- 9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.30. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.30.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.31. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente no **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA)**, em plena validade;

9.31.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

9.32. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.32.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.32.1.1 No mínimo, 02 (dois) Atestados de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a Licitante forneceu e executou, satisfatoriamente e a contento, material similar e compatível com o objeto da presente licitação.

9.32.1.2 O atestado deverá ser apresentado, preferencialmente, em papel que identifique a empresa declarante e deverá constar a razão social, o CNPJ, o endereço, o nome e o telefone de um representante da contratante, para confirmação dos dados, devendo, também, conter as seguintes informações: especificações claras do objeto fornecido ou serviço prestado, período do fornecimento ou execução e, ainda, confirmar o atendimento satisfatório de todas as obrigações contratuais pactuadas.

9.32.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.32.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.32.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.32.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.33. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.34. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.35. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.35.1. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

9.36. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.37. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.38. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.39. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.40. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.41. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.42. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.43. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.43.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.43.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.43.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.43.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.43.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.43.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.43.6.1. ata de fundação;

9.43.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.43.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.43.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.43.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.43.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.43.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 430.506,92 (quatrocentos e trinta mil, quinhentos e seis reais e noventa e dois centavos)**, conforme custos unitários apostos neste termo e seus anexos.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/unidade: 0001/783000;
- II. Fonte de recursos: 10000000000;
- III. Programa de trabalho: 05.331.0032.212B.0001;
- IV. Elemento de despesa: 339039 e 339030; e
- V. Plano interno: B441MRZ02DD.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2. Anexos

12.2.1. Integram a este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 12.1.1.1. Anexo I - Estudo Técnico Preliminar (ETP);
- 12.1.1.2. Anexo II - Tabela de Materiais e Serviços;
- 12.1.1.3. Anexo III - Imagens;
- 12.1.1.4. Anexo IV - Plantas;
- 12.1.1.5. Anexo V - Atestado da Vistoria
- 12.1.1.6. Anexo VI - Declaração de dispensa da vistoria
- 12.1.1.8. Anexo VII - Instrumento de Medição de Resultados (IMR)

Natal, RN, na data da assinatura

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I

SERÁ FORMALIZADO POR MEIO DO TERMO DE CONTRATO

14. ANEXO II

SERÁ FORMALIZADO POR MEIO DO TERMO DE CONTRATO

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MUSI GABRIELA MARTINS BEZERRA

Membro da Equipe de Planejamento

DAVI BRITO NUNES OLIVEIRA

Membro da Equipe de Planejamento

LAISSA REGINA BERTOLDO DA SILVA

Membro da Equipe de Planejamento

NELSON FREIRE MACHADO

Membro da Equipe de Planejamento

RONNEY GOMES FERREIRA

Membro da Equipe de Planejamento

RONALD ALEIXO RIBEIRO NASCIMENTO

Membro da Equipe de Planejamento

Despacho: Entendendo presentes os requisitos legais autorizadores da contratação prevista nos autos do presente Termo e seus anexos, APROVO seus termos.

MAXWELL MACIEL XAVIER

Ordenador de Despesa